



## MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

### PORTARIA Nº 2546/SNTEP/MME, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023

**O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E PLANEJAMENTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 692, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, e o que consta do Processo nº 48340.002038/2023-97, resolve:

Art.1º. Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Fotovoltaica – UFV Missagra II, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração – CEG: UFV.RS.BA.050290-1.01, de titularidade da empresa EDN Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.581.871/0001-07, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art.2º. A empresa EDN Energias Renováveis S.A. e a sociedade controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do projeto atualizada junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do projeto Prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art.3º. A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da EDN Energias Renováveis S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação dos projetos aprovados nesta Portaria.

Art.4º. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como Prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art.5º. A revogação da outorga da Central Geradora Fotovoltaica – UFV Missagra II e o descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicarão na revogação da aprovação dos projetos como Prioritário.

Art.6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## LEANDRO DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE

### ANEXO

Titular do Projeto		
Razão Social EDN Energias Renováveis S.A.		CNPJ 30.581.871/0001-07
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social BARREIRAS APS.	CNPJ 42.503.362/0001-45	Participação (%) 100%

Características do Projeto
Outorga de Autorização Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.583, de 21 de setembro de 2021.
Denominação do Projeto UFV Missagra II - CEG: UFV.RS.BA.050290-1.01
Descrição Central Geradora Fotovoltaica constituída por quatorze unidades geradoras de 3.437 kW, totalizando 48.118 kW de capacidade instalada e sistema de transmissão de interesse restrito.
Localização [UF] Estado da Bahia.
Mês/Ano de Conclusão do Projeto Janeiro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro de Oliveira Albuquerque, Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento Substituto**, em 01/09/2023, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://www.mme.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://www.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0800627** e o código CRC **C4968C4C**.

Referência: Processo nº 48340.002038/2023-97

SEI nº 0800627